



Copiloto ou estagiário?

Henrique Araújo Costa – Professor do PMPD

Disponível em: <https://colunas.direitounb.com.br/copiloto-ou-estagiario/>

Depois de muita promessa, a inteligência artificial está chegando concretamente na vida dos advogados. Ao contrário do que muitos previram, o avanço até agora é benéfico para os advogados, embora talvez não seja tão positivo para os estagiários.

Afinal, a safra de aplicativos que está surgindo soluciona problemas de apoio ao advogado, reduzindo tarefas rotineiras e que eram simplesmente delegadas. Ou melhor, eram tarefas delegáveis, como por exemplo a elaboração de um relatório a partir de dados arquivados na conta de email.

A novidade está que, **no último mês, surgiram inúmeros robôs de inteligência artificial para auxiliar profissionais das mais diversas áreas**, incluindo a área jurídica. Naturalmente, o primeiro robô relevante foi feito para ajudar os próprios programadores, os quais trabalham numa plataforma colaborativa para produção de linguagem de código, chamada GitHub e que pertence à Microsoft.

Mas, sem dúvida, o robô que está mais próximo do nosso dia a dia é o do Office da Microsoft. O conceito utilizado é o de copiloto, ou seja, um robô coadjuvante do profissional que ajuda a pilotar o Word, o Excel ou outro aplicativo daquela gigante da produtividade. Basicamente, a Microsoft está se beneficiando de já ter uma plataforma (no caso, formada pelos aplicativos do Office) e os dados que são importantes para cada um de nós.



A peça que faltava para fazer o robô da Microsoft trabalhar era justamente o componente da inteligência artificial. É ela que consegue entregar ao usuário, por meio do Office, uma resposta inteligente e personalizada, gerada a partir dos dados que temos arquivados na nuvem do Office 365. **Na prática, o usuário vai poder conversar com o Office e receber respostas geradas de forma personalizada.**

Essa implementação foi possível pela parceria firmada pela Microsoft com a OpenAI, criadora do ChatGPT. Ou seja, no fundo, a "casa de máquinas" é a mesma do famoso ChatGPT. Mas agora o ChatGPT vai ter um comportamento especificamente voltado à produtividade do trabalho.

É certo que veremos lançamentos como esses a cada dia, renovando completamente os aplicativos que utilizamos. Isso é possível, pois não é necessário ter nenhum acordo especial com o ChatGPT. Qualquer um pode embutir as respostas do ChatGPT no próprio serviço, desde que pague uma taxa por cada consulta.

Seguindo essa mesma filosofia, estão sendo lançados produtos de nicho, inclusive para o direito. Uma vez que as gigantes da tecnologia já criaram as ferramentas fundamentais, essa é a evolução natural da tecnologia. Em outras palavras, os pequenos nichos se apropriam de tecnologias que eles mesmos não teriam condição de desenvolver sozinhos.

Chegamos a um ponto que, a título de exemplo, existem chats de inteligência artificial para advogados. Esse tipo de serviço é treinado com a jurisprudência de cada tribunal, de tal modo que é possível entrar no chat e conversar com um robô sobre os principais assuntos julgados.

Radicalizando a experiência de uma conversa de nicho, estão sendo criados robôs especializados na jurisprudência de cada um dos Ministros do Supremo. Nesse caso, é



como se a conversa fosse feita diretamente com o Ministro, a partir da memória de seus julgados.

O ano de 2023 ainda não representou nenhum perigo para a profissão dos advogados. **Mas, até que o estagiário se torne advogado, certamente vai ter muito mais dificuldade de encontrar uma oportunidade profissional.**

Movidos por esse receio, um grupo de ilustres (como Elon Musk, CEO da SpaceX, Tesla e Twitter; Steve Wozniak, co-fundador da Apple; e Yuval Noah Harari, autor e professor da Universidade Hebraica de Jerusalém) publicou recentemente uma carta aberta pedindo para que as gigantes da tecnologia pausem por seis meses a evolução da inteligência artificial.

Trazendo a reflexão para a área do direito, se o estagiário não for o especialista do escritório em inteligência artificial, terá sim mais dificuldade em posicionar profissionalmente ao se formar. Estamos diante de um dilema moral muito importante, um confronto entre o avanço da tecnologia e a preservação das sociedades como conhecemos.

Ainda é cedo para saber se os advogados do futuro terão copilotos ou estagiários.